

SESSÕES DO PLENÁRIO

7ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 23 de fevereiro de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(60)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):-Leitura do Expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Gika Lopes comunicando que, por motivo de força maior (sepultamento de um parente), esteve ausente na Sessão do dia 03/02/2016.

Da Coordenação Geral do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH) encaminhando a Moção nº 20/2015, aprovada na Assembleia Geral Ordinária, de 09/10/2015, na Cidade de Caldas Novas - GO, que propõe que os valores arrecadados que compõem os Fundos Estaduais de Recursos Hídricos e todos os recursos orçamentários previstos sejam repetidos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Para iniciar, deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, subo a esta tribuna para manifestar a minha preocupação com a greve dos professores da rede municipal, em Feira de Santana.

Os professores reclamam de 1/3 da carga horária, que faria com que os professores tivessem mais tempo para planejar as aulas. É uma lei federal. O município de Feira de Santana reconhece que os professores têm razão no seu pleito, mas é uma lei de pouca aplicabilidade no Brasil. Temos apenas 10 municípios que, de fato, aplicam essa lei. Dos dez, oito são municípios de pequeno porte. E bem pequeno porte.

O que estamos a reivindicar da APLB é que abra o diálogo, que sente na mesa com o governo do município. Porque são quase 50 mil crianças prejudicadas. Quase 50 mil alunos sem aula.

Observem que esta mesma atitude da APLB para Feira de Santana não é tomada em outras cidades. Isto nos dá uma conotação política, porque a diretora da APLB em Feira de Santana faz parte de um partido político que faz oposição ao governo do município. O prefeito José Ronaldo reconhece que os professores têm razão no pedido, mas o município não tem como atender. Caso ele atendesse à reivindicação, acrescentaria, meu caro deputado Aderbal Caldas, à folha de pagamento em torno de 25 milhões/ano. O que seria necessária a contratação de 610 professores agora, para a aplicação da lei. E isso faria com que o município descumprisse a Lei de Responsabilidade Fiscal. Além do mais, nos próximos 3 anos, mais de 600 professores vão se aposentar no município de Feira de Santana.

O que estamos a reivindicar da APLB, nesse momento, é que haja bom senso. O município está avançando e pode atender a alguns pontos da pauta de reivindicação, mas essa pauta principal, o município não tem como atender.

Então, quem está no setor público, quem dirige um sindicato não pode levar simplesmente as coisas no ferrão, sem que se esgotem todos os canais de negociação. Isso não chegou a acontecer. A APLB chegou a recorrer ao Ministério Público, mas acabou não comparecendo às audiências. E já foi direto apresentar uma petição na justiça, sem que se esgotasse com o Ministério Público intermediando, mediando as negociações da APLB com a prefeitura de Feira de Santana. E você não vê este mesmo sindicato, com a mesma força, com a mesma aptidão reivindicatória, para com o governo do Estado.

Ora, a data base do governo do Estado é o mês de janeiro. O governador Rui Costa já disse que vai ser aumento zero ou praticamente aumento zero. E não se viu a mesma força, a mesma ênfase de protesto da APLB. Os outros sindicatos aqui também não se levantaram, não se posicionaram, não estão a reivindicar. E olhe que no ano passado a data base do servidor foi em janeiro e o governador só veio conceder o reajuste no mês de maio, 5 meses depois.

Então, o que nós estamos a reivindicar é que esses sindicatos deixem a

politicagem de lado. E olhe que a APLB usa o slogan em Feira de Santana: “APLB - Sindicalismo sem partidarismo”. Mas, na prática, sim, há um partidarismo, há uma discriminação. Quando o gestor é de um partido que não é simpático, que não é do leque de apoio ao governo do Estado, a APLB se revolta e passa a reivindicar, passa a cobrar. Tudo dentro de uma normalidade. Ninguém está contra a reivindicação, porque é direito do professor. Agora, quando não se tem como pagar, você tem que entrar no canal de negociação e de conversação.

Aqui nós temos vários deputados que são candidatos a prefeito. Então, se a arrecadação do município cai e a folha aumenta, vai chegar o momento em que fica insustentável. E, ao descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, o gestor terá as suas contas reprovadas e ficará inelegível. Aqui, o meu apelo de bom senso. E que a APLB sente na mesa, desarme os espíritos, para que encerremos essa greve da rede municipal de ensino em Feira de Santana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por 5 minutos, o deputado Aderbal.

O Sr. ADERBAL CALDAS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, venho a essa tribuna para cumprir o doloroso dever de relatar, anunciar a morte de um ex-parlamentar, que pautou a sua vida dentro dos princípios da moralidade e da fidelidade, que honrou a Bahia e a região que ele representou. (Lê) “O deputado que esta subscreve vem, na forma regimental, inserir na Ata dos trabalhos desta Casa Legislativa VOTOS DE PESAR pelo falecimento do ex-Deputado JOÃO CARLOS TOURINHO DANTAS.

O mundo político baiano recebeu, com profunda tristeza, a notícia do falecimento do ex-Deputado João Carlos Tourinho Dantas, no dia 20 de fevereiro de 2016, no Hospital Aliança, em Salvador.

João Carlos Tourinho Dantas nasceu nesta capital, em 26 de agosto de 1922, sendo filho do casal João da Costa Pinto Dantas Júnior e d. Maria Mercedes Tourinho Dantas. Em Salvador, fez o curso ginásial e colegial no afamado Ginásio da Bahia, atualmente Colégio Central e formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, em 1946, tendo também feito o Curso da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – Adesg, em 1971.

Foi 2º Tenente da Reserva, chefiou o Serviço de Estrangeiros da Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia, foi oficial de gabinete da Secretaria da Fazenda (1946-1950), Secretário do Interior e Justiça (1975-1977) e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, entre 1977-1986. Pertenceu ao Rotary Clube da Bahia, foi primeiro vice-presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e vice-presidente do Instituto Genealógico da Bahia.

Na política, filiou-se à União Democrática Nacional – UDN, tendo sido Deputado Estadual entre 1951-1955, e reeleito para os mandatos de 1955-1959 e 1959-1963. Foi eleito para a Câmara Federal pelo mesmo partido, para o mandato exercido entre 1963-1967. Foi reeleito pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) para os mandatos 1967-1971 e 1971-1975.

Na Assembleia Legislativa da Bahia exerceu diversos cargos, destacando-se, entre outros, o de presidente da Comissão de Constituição e Justiça e titular das Comissões de Educação, Cultura e Arte, Viação e Obras Públicas, Indústria e Comércio, Saúde Pública e Assistência Social, Economia e Transportes e de Orçamento e Fiscalização Financeira.

Entre as condecorações recebidas, podem ser referidas a de Grande Oficial da Ordem do Mérito da Bahia, Grande Oficial da Ordem do Mérito Rio Branco e Comendador da Ordem do Mérito Naval.”

Sendo integrante da família Pinto Dantas, bisneto do Barão de Jeremoabo, Cícero Dantas Martins foi sempre muito vinculado à nossa região Nordeste, especialmente ao município de Itapicuru, região que ele representou dignamente, aqui, na Assembleia Legislativa do Estado- e no Congresso Nacional.

(Lê) “Dê-se conhecimento da presente Moção de Pesar aos familiares do extinto, na pessoa da viúva, Senhora Maria Dulce Pondé da Silva Lima.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2016

Deputado Aderbal Fulco Caldas.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, quero deixar registrado desta tribuna, uma peleja que estamos travando com uma banda que canta músicas para desmoralizar as mulheres. O nome da banda é La Fúria, substituta da Banda *New Hit*, e alguns sites informam, equivocadamente, que chamei de banda de estupradores.

Quero deixar registrado qual foi a minha fala, o que eu disse, porque não volto atrás no que digo. Disse que a banda La Fúria é uma substituta da Banda *New Hit*, aquela banda dos estupradores – todos conhecem a história deles, do crime que praticaram na cidade de Rui Barbosa. Hoje, eles querem entrar a todo custo na festa de Camaçari, na festa de Arembepe – que depois do Carnaval é a maior festa popular grande e tradicional, bancada com o dinheiro público. Essa banda tem feito todo tipo de pressão junto às autoridades do município, dizendo que a qualquer custo tocará em Arembepe, domingo às 15 horas.

Quero deixar aqui registrado o nosso repúdio. Já tomamos as providências junto ao Ministério Público, para que isso não aconteça, porque a festa de Arembepe é bancada pela prefeitura do nosso município, apesar do prefeito desastrado, que faz muitas bobagens, mas é uma festa pública. Ele diz que os blocos não recebem dinheiro do município, isso também não é verdade, porque existe uma união de blocos em Arembepe, presidida por um dos donos do Bloco As Piriguetes, que participará da festa e que quer levar essa banda horrorosa, deputada Ângela, que só canta desmoralização com a mulher. Se V.Ex^a vir os títulos das letras, constatará que é uma verdadeira vergonha, – uísque não sei onde, adestrador de tcheca – ou seja, coisas

que envergonham qualquer mulher, qualquer família e principalmente qualquer jovem.

A nossa preocupação maior são as crianças e adolescentes. Na festa de Arembepe, no, domingo à tarde, a cidade estará lotada, com mais de 200 mil participantes. Não é possível a prefeitura de Camaçari desrespeitar dessa forma a Lei Antibaixaria. Inclusive, tem dinheiro do Estado porque eu vi a articulação dos blocos de Arembepe com o Secretário da Bahiatursa, para conseguir recursos também para investir nesta festa.

Quero apelar a esta Casa, para que nos ajude com este debate, porque uma banda que tem um repertório só para desmoralizar as mulheres não pode participar de festa pública.

Aqui em Salvador vimos o quanto avançamos no cumprimento da Lei Antibaixaria, porque dialogamos com o prefeito, com o governador, eles fugiram dos trios e dos blocos que têm o apoio do dinheiro público, mas, em Arembepe, o dono do bloco As Piriguetes, o Sr. Paulo Vasconcelos e o Sr. Bruno Lima – que são presidente e vice-presidente da União dos Blocos de Arembepe – insistem em fazer esse absurdo, além de desrespeitar a Lei Antibaixaria.

Há uma cláusula nos contratos feitos pela prefeitura de Camaçari – da época do prefeito Caetano, antes da Lei Antibaixaria ser aprovada – que reza que lá artista não canta música que agrida, que desrespeite as mulheres, caso contrário o ofensor tem 30% abatidos no seu cachê. Foi o caso do Sr. Luiz Caldas, há três anos, quando disse que não ia cantar a música *Nega do Cabelo Duro*, cantou, teve o desconto no seu cachê e ficou estressado, falando mal da gente em todo o canto.

Então, queria fazer este apelo a esta Casa porque realmente parece uma brincadeirinha. Os machistas não entendem isso, acham que as mulheres não se incomodam. Há mulheres que vão lá dançar as danças que eles propõem e consumir aquele lixo que eles produzem, mas sabemos que a falta de consciência de muitas mulheres, inclusive, é o que faz com que elas ainda consumam esse produto horrível, esse lixo da nossa cultura baiana.

Está terminando o meu tempo, mas quero pelo menos deixar registrada essa história da Operação Acarajé, porque acho que as coisas precisam ser discutidas, debatidas. Fiz esse debate hoje com Evilásio e com o radialista Uziel Bueno no seu programa. Agora não vou ter tempo para fazer isso, mas precisamos voltar a essa discussão, porque não dá. O Sr. Moro não pode continuar fazendo denúncias seletivas, incluindo e excluindo quem ele quer desse processo da Lava-Jato. Acho que a corrupção precisa ser combatida, mas não da forma como ele está fazendo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia pelo tempo de 5 minutos. (Pausa) Na ausência, com a palavra o deputado Alex da Piatã.

O Sr. ALEX DA PIATÃ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, público aqui presente, imprensa, todos os servidores desta Casa, meu boa-tarde. A minha vinda à tribuna hoje é referente à preocupação que tivemos e que foi muito debatida no ano passado, principalmente na Comissão de Saúde – o deputado Herzem faz parte da comissão e sabe disso. No final do ano passado, apresentamos um projeto de lei para que pudéssemos criar no Estado da Bahia uma campanha permanente de prevenção aos acidentes com motocicletas. Agora, durante o recesso parlamentar, caminhando pelo Estado percebemos a importância que isso tem.

Temos visto, e tem sido um discurso de muitos políticos em muitos locais, em todas as instâncias, de buscar sempre a ampliação de redes hospitalares. Mas o que percebemos hoje e já está bem claro é que não é essa a solução e de que esta Casa precisa aprofundar esse debate que iniciamos no ano passado. Quero deixar registrado aqui o apoio que tivemos da Abamet na pessoa do Dr. Antônio Meira, da Associação Baiana de Medicina do Tráfego, que esteve conosco aqui e mostrou, com números, que estamos ampliando, ao longo dos anos, os leitos, o atendimento hospitalar. Mas cada vez a deficiência entre a oferta e a demanda é muito grande e boa parte disso deve-se principalmente ao aumento crescente e absurdo dos acidentes com motocicletas. É muito grande.

Nos últimos dez anos, tivemos um aumento de cerca de 500% no número de motocicletas e esse aumento vem na mesma proporção do aumento do número de acidentes. O que é muito ruim. O que vimos, chegamos a constatar em um determinado dia, e o secretário de Saúde Dr. Fábio Vilas-Boas, que já está ciente dessa situação, está imbuído e entende que este deve ser o caminho: não ampliar a rede; mas, sim, combater e prevenir esses acidentes. Em determinados dias, no HGE, que é o maior hospital nesse atendimento de emergência, 80% dos leitos – e aí todos que nos assistem podem registrar – estavam ocupados com acidentados de motos. Imaginem que nós temos nas filas... e já chegamos hoje a um patamar no qual a regulação é tachada de fila da morte, e muitos ainda preocupados com a necessidade de ampliar a rede.

Então, quero solicitar aos nossos pares que possamos aprovar esse projeto de lei e aprofundar esse debate nesta Casa, para mostrarmos os números e sensibilizarmos a todos – e principalmente ao governo do Estado – de que a solução não é a ampliação da rede hospitalar, mas o combate à superlotação por esse outro caminho. E aí precisamos do apoio porque, quando nós falamos da campanha permanente, fica a ideia de que é somente publicidade. Mas é um envolvimento da campanha ostensiva de fiscalização junto ao Detran, à Polícia Militar, à Secretaria de Segurança e a todos os outros órgãos, e não somente a publicidade e a campanha de conscientização.

Então, quero pedir o apoio dos Srs. Deputados e Sr^{as}. Deputadas, em especial da Comissão de Saúde desta Casa, para que neste ano possamos ter ações concretas nesse sentido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo deputado Soldado Prisco pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, boa tarde a todos e que a graça e a glória de Deus estejam com todos neste dia de hoje.

Venho mais uma vez falar, como o deputado Carlos Geilson colocou com muita sabedoria, sobre a situação do reajuste zero que o governo do Estado veio, no discurso, propor para os servidores públicos.

Não acreditamos nesse reajuste zero porque sabemos que o governo do Estado tem recursos para pagar o reajuste aos servidores públicos, haja vista o que foi investido no Carnaval da Bahia com o próprio dinheiro do Estado. Então, se o Estado entende que o Carnaval, para fazer uma política de bravata e uma disputa eleitoral durante a festa com o prefeito de Salvador, era melhor para ele do que tratar o servidor público com respeito, não entendemos dessa forma.

Queremos que o governador do Estado negocie e dialogue com a categoria, e aplique o reajuste devido para todos os servidores públicos. Falo diretamente da minha categoria, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil, que merecem todo o respeito como todos os servidores públicos merecem. O governo, até o presente momento, não dialogou e, até o presente momento, só vem à televisão para fazer bravata política em relação à situação dos servidores públicos.

Ontem, mais uma vez, para provar e mostrar como anda a situação dos servidores públicos, especialmente da Polícia Militar da Bahia, houve um assalto a Banco na cidade de Jussara. É o 63º assalto, do ano passado até este ano, no governo do PT. Ontem 15 homens fortemente armados encurralaram 2 policiais, arrombaram a sede da companhia, arrombaram os Bancos da cidade e fizeram uma farra. Demoraram quase uma hora na cidade e foram embora sem nenhum combate efetivo. Causaram um pânico total em toda a população e principalmente nos policiais que estavam ali e sofreram aquela ameaça de vida. Isso tem se tornado uma rotina em todo o interior do Estado.

O governo tem brincado com os Policiais Militares, com a vida dos que trabalham no interior do Estado. Torna-os simplesmente um caixão de defunto, ao colocar 2 policiais e uma viatura para tomar conta do interior. E o mais absurdo: o comando da corporação vem fazer uma política de números para oferecer ao Estado e obriga os 2 policiais a ficarem de meia-noite às 5hs nos bancos. Imagine, meu amigo Herzem Gusmão, só 2 policiais de meia-noite às 5hs da manhã, nas portas dos bancos, para fazerem a segurança, não sei como. Colocam ali um caixão de defunto, policiais como alvo para que a marginalidade venha ceifar as suas vidas.

No ano passado, foram 16 policiais militares assassinados em situações como essa. E o que foi que o governo do Estado fez para mudar essa realidade? Nada.

Vi, no ano passado, num momento de pressão, o governo do Estado anunciar um concurso para o início deste ano, em janeiro, com 2.500 vagas de policiais. Agora, o governo diz que não há mais a possibilidade de realizar esse concurso. Hoje, temos uma carência de efetivos no Estado, meu amigo Herzem Gusmão, que é de uma

região sofrida, de Vitória da Conquista, onde só neste ano houve 39 homicídios. A carência é de 20 mil policiais, e o governo do Estado fala simplesmente que não vai realizar concurso. E, mesmo realizando o concurso, não supriria a necessidade.

No final de abril/início de maio, vamos ter uma perda do efetivo policial, com a incorporação da gratificação – que foi uma vitória nossa no movimento reivindicatório – de quase 4.000 policiais que irão para a reserva. E não vemos nenhuma preocupação do governo do Estado em aumentar o efetivo. Não sabemos o que vai acontecer no Estado da Bahia após esse baque no nosso efetivo, porque o governo não se preocupa com nada.

Tivemos um caso atípico na região de Juazeiro, do meu amigo deputado Zó, e ele veio cobrar providência em relação à morte brutal daquela criança. Depois de 3 meses, o Estado vem tomar providência, tamanha é a sua incompetência. Por pressão da mídia e de alguns deputados desta Casa, iniciou-se a investigação. O governo do Estado não tem se preocupado com a segurança pública e nós estamos vivendo num verdadeiro caos, o crime organizado tem tomado conta do nosso Estado.

Vai aqui um recado do nosso amigo Alex de Piatã, o qual participou comigo de uma comitiva que visitou a cidade de Queimadas. As estradas que ligam Queimadas a outros pontos – cobre aí, deputado, V. Exa que é da base do governo – não tem buracos, não, é uma lástima, são verdadeiras crateras; se um carro cair dentro, há de se chamar um guincho para removê-lo. Então, conto com o apoio de nosso amigo, que é parlamentar daquela região, um deputado extremamente competente, para que cobre do governo do Estado a responsabilidade por aquela cidade de Queimadas, que está abandonada e esquecida.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra ao meu querido amigo Herzem Gusmão, eu gostaria de informar aos Srs. Deputados que, tendo em vista que vai haver mudanças de partidos de vários deputados, vamos aguardar uns 10 a 15 dias no máximo para fazermos as mudanças das Lideranças Partidárias. Então vou aguardar até o dia 10 mais ou menos...

O Sr. Sidelvan Nóbrega: - Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sem querer atrapalhar a fala de V. Ex.^a, mas como uma sugestão, já que a janela vai ficar aberta até o dia 18 e até essa data os deputados terão a possibilidade de mudar de partido, eu pediria a V. Ex.^a que desse até o dia 20 para a definição das lideranças.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concordo com V. Ex.^a. Então vou aguardar a acomodação dos deputados nos novos partidos até 18 de março, que é o prazo máximo de mudança, aliás, até 19. No dia 19, vamos determinar a criação das novas composições, das novas Lideranças, para que possamos ter a realidade do ano. Tendo em vista que cada deputado tem direito, pela emenda constitucional, a mudar

de partido até o dia 19 de março, vamos aguardar até lá. No dia 20, impreterivelmente, nós determinaremos a suspensão de todas as comissões que não obtiverem o quórum suficiente, a quantidade suficiente de parlamentares para que se mantenha a Liderança ou se faça a Representação Partidária individual. Eu concordo com V. Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, meu querido amigo deputado Herzem Gusmão.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, colegas da imprensa, funcionários desta Casa, *TV Assembleia*, você que nos acompanha em todo o Estado da Bahia, eu recebi uma solicitação, na manhã de hoje, de um vereador da cidade de Itapetinga, um radialista conhecido como Tarugão.

Ele vem questionando, me dizia, a ausência da gratuidade para os idosos no transporte intermunicipal. Imediatamente, solicitei de uma colega de rádio em Vitória da Conquista, Mônica Cajaíba, que ela fosse até a Agerba, em Vitória da Conquista, colher informações sobre a gratuidade para os idosos no transporte intermunicipal, que não está valendo na Bahia. E sabemos que essa gratuidade é fruto de uma lei da Constituição Federal, de leis complementares e ordinárias, e também de uma lei da Bahia e de uma resolução da Agerba de 2004.

E a informação é que as empresas em Vitória da Conquista praticam a gratuidade somente para o transporte interestadual. Entretanto no transporte intermunicipal, aquele de municípios para municípios da Bahia, essa gratuidade não vem sendo praticada. E isso ocorre não por culpa da Agerba, mas porque as empresas recorreram e a decisão da Justiça não sai, demora. Queremos fazer um apelo à Justiça e também ao Ministério Público.

Além dessas informações da Agerba, nós, através do nosso mandato, iremos fazer um ofício, um comunicado solicitando mais detalhes a esse órgão do Estado sobre essa gratuidade que não está valendo na Bahia.

Por outro lado, ontem eu falei da nossa preocupação em relação à suspensão ou cancelamento de voos da Azul de Vitória da Conquista para Salvador. E não é por falta de demanda, já que a demanda é de mais de 70%, em média é de 75%. A Azul mantém os voos para a capital mineira, Belo Horizonte, e a empresa Passaredo mantém esses voos para Salvador. São três voos da Passaredo e eram três da Azul. Estes, inicialmente, foram reduzidos para dois, depois para um, que agora eles tiraram. Segundo informações, o governo teria retirado os incentivos, e a empresa quer voltar a operar com aeronaves maiores, mas o nosso aeroporto acanhado não tem condições.

Em relação ao aeroporto, falando hoje ao telefone com o deputado federal Lúcio Vieira Lima, ele tem procurado, em Brasília, informações na SAC, Secretaria de Aviação Civil. E fiquei preocupado com a seguinte informação que ele me passou hoje: no dia 31 de dezembro, último dia do ano passado, o governo federal empenhou para o aeroporto de Vitória da Conquista, para a conclusão do novo aeroporto, R\$ 26 milhões.

A nossa preocupação é porque o projeto de conclusão, segundo o governador

Rui Costa, é na ordem de R\$ 55 milhões. Significa que não temos sequer a metade dos recursos para a conclusão do novo aeroporto de Vitória da Conquista.

E essa preocupação aumenta porque já se passaram quase 2 meses do dia 31 para cá – fevereiro está acabando – e nenhum sinal do processo licitatório. Vamos correr o risco de o governo licitar as obras desse aeroporto com menos da metade do projeto. E mais uma vez esse aeroporto poderá sofrer uma nova paralisação, sem conseguir concluir sequer a primeira etapa das obras de pavimentação, as obras da pista.

Portanto, faço esse apelo. Espero que o governador Rui Costa acione o que ele teria anunciado em Jequié, as PPPs, as Parcerias Público Privadas, para que ele possa, verdadeiramente, concluir o aeroporto de Vitória da Conquista. A não conclusão desse aeroporto penaliza aquela cidade, já que é tão importante para a economia do nosso município, de toda a região e do Estado da Bahia.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Bobô pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BOBÔ:- Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, embora um tanto quanto atrasado, acho importante registrar e parabenizar o Esporte Clube Bahia pela comemoração, no último dia 19, do segundo título nacional, ou seja, do bicampeonato brasileiro.

Isso aconteceu no último dia 19 do mês de fevereiro, quando fui muito cumprimentado, recebi muitas mensagens e homenagens. Mas não fiz aqui as minhas homenagens ao clube, à direção do clube, aos jogadores, aos colegas de época e, em especial, à torcida do Bahia. E é por isso, Sr. Presidente, que queria anunciar aqui um projeto de lei, de minha autoria e do querido deputado Sandro Régis, que vamos apresentar na semana que vem, transformando a torcida do Bahia em patrimônio cultural imaterial do Estado da Bahia.

Acho que se justifica esse título pela importância que tem essa nação. Porque o Bahia tem uma torcida – a gente fala torcida, mas é uma verdadeira nação – que tem dado exemplo sobretudo de democracia, haja vista que hoje o presidente do clube é eleito democraticamente pelos seus associados.

Foi o primeiro clube do Brasil, por manifestação da sua própria torcida, que tirou um presidente e elegeu um novo presidente de forma democrática. Não é só por isso, obviamente, que a gente está trazendo esse projeto e apresentando a esta Casa para que, verdadeiramente, se transforme em realidade. É muito mais, porque ela é simbólica, é profunda, é enraizada. É uma torcida combativa, presente e que tem muito a ver com a cultura do Estado da Bahia.

Portanto, na próxima semana, com muito prazer, daremos entrada nesta Casa, eu e o deputado Sandro Régis. E gostaria de contar com os demais deputados que têm os mesmos sentimentos e a mesma paixão que tenho pelo Esporte Clube Bahia, para

estarmos presentes para entregarmos pessoalmente ao grande tricolor disfarçado, o presidente desta Casa deputado Marcelo Nilo. Faremos questão de fazer essa entrega pessoalmente.

Outra tema, Sr. Presidente, que acho importante e vou abordar, é sobre os projetos de lei dos deputados estaduais que não têm sido colocados para votação. Aliás, ficou acordado aqui nesta Casa, no ano passado, que, por ano, cada deputado poderia ter três projetos aprovados. Lamentavelmente, não tivemos nem um terço de projetos aprovados de autoria dos Srs. Deputados.

Eu acho importante que a gente paute isso e coloque como prioridade nesta Casa para que, a partir da próxima semana, quem sabe todas as quartas-feiras, possamos votar os projetos de deputados. Porque é muito fácil e muito simples as pessoas entenderem ou até intitularem que o deputado é muito bom, atuante, presente, mas o mais importante, no meu modesto entendimento, é que entre ser um deputado bom e atuante, é muito melhor ter um grande mandato.

E acho que um grande mandato se constrói com leis. O deputado trabalha com suas bases, efetiva uma discussão, formula um projeto de lei, apresenta na Casa e transforma a sociedade para melhor.

Então, por isso é importante chamar a atenção da Casa para que a gente vote, a partir da semana que vem, todas as quartas-feiras, os projetos dos deputados estaduais, porque, afinal de contas, temos de justificar o alto salário que ganhamos aqui. Somos muito bem remunerados, possuímos uma estrutura enorme e temos de produzir muito mais. E entendo que só podemos produzir se tivermos projetos aprovados na Casa que melhorem as condições de vida de todos os baianos e baianas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, para uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nosso Líder Sandro Régis, para uma comunicação inadiável.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, quero comunicar a V.Ex^a, que está na presidência dos trabalhos neste momento, que o deputado Targino Machado solicitou hoje uma licença médica, inicialmente de 15 dias. Houve um acidente e ele fraturou algumas vértebras da coluna, por isso está impossibilitado de exercer o mandato.

Então, gostaria de deixar registrado nesta Casa que o deputado Targino Machado irá se ausentar dos trabalhos parlamentares, mas já está devidamente resguardado pela licença médica, entregue ao departamento específico desta Assembleia.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Bobô, queria dizer a V.Ex^a, que acabou de discursar, que tive, no final do ano passado, um projeto aprovado por esta Casa, e já sancionado, que julgo ser de uma importância

enorme. É um projeto simples, e acredito que dará mais segurança. Diz respeito à instalação de um segundo velocímetro dentro dos ônibus intermunicipais e interestaduais. Porque os motoristas ficam trancados em suas cabines, até por obrigação legal, e os passageiros não sabem qual a velocidade desenvolvida pelo veículo.

O projeto obriga a que os ônibus tenham no lado de dentro, na área onde ficam os passageiros um equipamento que marca a velocidade em que o veículo transita naquele momento. Porque se o motorista estiver ultrapassando a estabelecida, há a possibilidade de se fazer uma denúncia à polícia ou à própria empresa, até mesmo pelo celular, para que ele seja punido e respeite a velocidade obrigatória.

Srs. Deputados, todos nós sabemos que o Brasil se encontra num buraco, e continuam cavando para aprofundá-lo mais. Essa é a triste realidade do nosso País. E essa desordem, e essa crise política que atravessamos, que tem aprofundado a crise econômica, faz com que o *impeachment*, que estava praticamente esquecido, volte à tona, fazendo com que em Brasília não se vote nada que é urgente, que é preciso.

Hoje, mesmo, o jornal *A Tarde* traz um editorial sobre a Previdência em todos os estados do País, mostrando sua falência. Para não falar em outras reformas. E já vamos entrar em março e nada acontece.

A situação é muito difícil. E o governador Rui tem tentado se manter à parte. E não é à toa que foi um dos três mais bem avaliados do País. O governador tem demonstrado seriedade, mostrado gestão nessa época de recursos escassos, de queda de arrecadação.

O governador transformou a Paralela e a região do Iguatemi num canteiro de obras. Quem passa pela Avenida Orlando Gomes vê uma obra enorme, obra de milhões, com viadutos, que vai ligar a orla à BR, a Plataforma. São obras estruturantes, imensas, dando prosseguimento ao que o governador Wagner fez neste Estado.

O governador Rui tem um complicador muito grande: a falta de recursos devido à queda da arrecadação. Vejam que só o FPE, no mês de janeiro, teve uma queda de mais de R\$ 100 milhões em comparação a janeiro de 2015. Mas, mesmo assim, neste momento difícil, deputado Bobô, com a determinação do governador, ainda conseguimos obras.

Quero anunciar, também, que nos próximos dias o governo iniciará, deputado Pedro Tavares, V.Ex^a que foi votado na região, a estrada que liga o Município de Pindobaçu a Carnaíba, a grande mina de esmeralda, uma das maiores do Brasil, que até hoje não teve uma estrada de qualidade, vai ter aquela estrada asfaltada.

Estive hoje pela manhã com secretário Marcos Cavalcante e lá ele me mostrou a garantia. E eu gosto de ter a palavra daqueles que são responsáveis pela secretária, porque numa época tão difícil de recursos se anunciar uma obra e depois ela não acontecer fica ruim.

Então eu queria anunciar, deputado Pedro Tavares, a grande obra, numa época difícil, que é a estrada Terezinha-Pindobaçu para o maior garimpo de esmeraldas do Brasil que tanta riqueza tem produzido, vou concluir, Sr. Presidente. Há 60 anos,

produz esmeraldas elevando a economia das cidades de Senhor do Bonfim, Campo Formoso, Pindobaçu a outro patamar e agora vai ter uma estrada asfaltada.

Gostaria de agradecer, nessa época difícil de recursos, ao governador Rui Costa e ao grande secretário Marcos Cavalcante, um dos melhores secretários, um dos mais bem avaliados, um secretário atencioso e que tem trabalhado intensamente para ajudar o governador Rui Costa a administrar nessa época de dificuldades.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, servidores da Casa, visitantes, quero aqui dividir a minha angústia com os meus queridos deputados Ângela Sousa, Pedro Tavares e com os deputados que são votados na região Sul da Bahia.

No mês passado, fui a Brasília, deputado Bobô, conversar com o ministro Jaques Wagner sobre o futuro da Ceplac. Estou extremamente preocupado porque há uma vontade, uma determinação do governo federal a partir do Ministério da Agricultura em transformar nossa querida e importante Ceplac em uma coordenação vinculada a uma determinada superintendência dentro do Ministério da Agricultura.

Nós não podemos, deputada Ângela, permitir que a Ceplac seja tratada da forma como essa parte do governo federal a está tratando. Nós precisamos fazer um grande movimento em Brasília, marcar uma audiência com a ministra da Agricultura.

É lógico que a Ceplac não pode permanecer da forma que está, sem que ela possa ser reoxigenada, seja de material humano, de investimentos, de tecnologia. Porém não dá para asfixiar aquela instituição importante para a nossa região, uma instituição que é responsável pela capacitação de vários homens e mulheres daquela nossa região e que trabalhou imensamente no sentido de viabilizar, não só a produção do cacau, mas também de diversos outros segmentos da agricultura naquela nossa região.

É preciso criar um embricamento da Ceplac com a Embrapa e com os diversos órgãos preocupados com a agricultura, meu querido deputado Augusto Castro, para que possamos juntar, porque não é uma questão partidária, não é uma questão de governo ou de oposição, é uma questão da nossa região. Temos que estar todos juntos.

E aqui venho conclamar todos os deputados para que solicitemos uma reunião com a ministra da Agricultura para que possamos todos juntos defender os interesses da nossa região, deputada Ângela, porque não podemos permitir que venhamos a saber dessas questões pelos jornais. É preciso fazer uma audiência pública. Acho que temos que reunir os servidores da Ceplac, temos que reunir todas as lideranças daquela região com o objetivo do fortalecimento da instituição. E o governo, ao invés de transformá-la em nada, tem que oxigená-la para criar as condições dela continuar sendo uma instituição importante para o nosso Estado e para nossa região.

Quero terminar dizendo, deputado Zé Neto, V.Ex^a que é Líder do Governo, entendo que precisamos fazer dois movimentos: esse movimento em relação à Ceplac e um movimento em relação à Petrobras. Não podemos assistir a forma como o governo federal está sinalizando para a Petrobras. Recebemos a informação, através dos jornais, e não podemos aceitar que a direção da empresa, através do seu Conselho de Administração, diga que vai deixar de explorar na parte terrestre, especialmente aqui na Bahia. Uma empresa que nasceu aqui na Bahia, que começou a exploração aqui na Bahia. Deputado Zé Neto, a Petrobras, aqui na Bahia, não explora petróleo no mar, só explora na área terrestre. E, se deixarmos isso acontecer, a Petrobras vai fechar a sua área de exploração e produção. São sete mil empregos, sendo 5 mil diretos e indiretos e dois mil trabalhadores diretos.

Não podemos permitir isso. Temos que, todos juntos, sair em defesa da Petrobras aqui na Bahia e na defesa da reoxigenação da Ceplac e, não, asfixiá-la, como tem dito a ministra da Agricultura.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Zó pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, volto aqui a esta tribuna, porque, ontem, fiz uma fala sobre o caso da menina Beatriz Angélica, de Juazeiro, que foi assassinada em Petrolina. E, hoje, quando foram instaladas as comissões, aproveito a presença do presidente da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, deputado Marcelino Galo, e do vice-presidente Soldado Prisco para que eu possa ler um requerimento que faço a essa comissão para que trate com a Assembleia Legislativa de Pernambuco, com a comissão relacionada ao assunto, sobre o acompanhamento e a elucidação desse crime. Crime esse que foi em Petrolina, mas que afetou uma família juazeirense e a sociedade do Vale do São Francisco, chegando ao conhecimento de toda sociedade brasileira através da mídia.

(Lê) “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

O Deputado infrafirmado vem, perante Vossa Excelência, Resolução nº 1.193/85, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, requerer da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública da Bahia, que solicite um acompanhamento sobre o assassinato da Menina Beatriz Angélica Mota junto à Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular de Pernambuco para o que expõe:

Requeiro dessa Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública da Bahia, que solicite junto a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular de Pernambuco, para acompanhar as investigações do caso da menina Beatriz Angélica Mota, sete anos, brutalmente assassinada no colégio Nossa Senhora Auxiliadora em Petrolina, no estado de Pernambuco, e obter soluções veemente para encontrar o(a) autor(a) desse crime.

Tal pleito se dá em virtude de toda família residir na cidade baiana de Juazeiro.

Considerando-se que o crime ocorreu em Petrolina, ficamos limitados para acompanhar oficialmente as investigações, porém o sentimento de participar ativamente desse processo extraoficialmente é inevitável, para que crime de tamanha brutalidade não ocorra novamente e que o assassino não fique impune.

P. deferimento.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2016

Deputado Zó.”

Queria fazer a entrega formal ao Soldado Prisco, vice-presidente da Comissão, e ao presidente Marcelino Galo. Tenho certeza que a comissão, tanto o presidente, o vice-presidente e os componentes dessa comissão estarão prontos e à disposição para ajudar nesse trâmite junto à Assembleia Legislativa de Pernambuco, e que possamos ajudar na elucidação desse crime da filha de Sandro e Lucinha, amigos da nossa cidade de Juazeiro.

Gostaria de fazer essa entrega ao presidente Marcelino Galo e ao vice-presidente Soldado Prisco.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o nobre deputado Sidelvan Nóbrega pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, *Canal Assembleia*, todos que nos assistem nesse momento, quero chamar a atenção do Comandante da Polícia Militar do Estado da Bahia, Coronel Anselmo. Presenciei um fato hoje que é corriqueiro e está acontecendo em nossa cidade. Quando os agentes da SET ali na entrada da avenida Paralela estavam desobstruindo o trânsito, a polícia do Estado da Bahia, bem próximo ao Parque de Pituaçu, estava com duas viaturas da polícia para fazer uma blitz na Paralela. O que podemos perceber é que essas blitzes, deputado Bira, não têm nenhum objetivo de acontecer nas principais avenidas de vale da nossa cidade, apenas para que o governador Rui Costa chegue aqui no final do ano e leia a sua mensagem, como leu, dizendo que a Polícia Militar do Estado da Bahia parou não sei quantos carros em blitz.

Já fui policial militar e sei que essas blitzes feitas dessa forma não servem absolutamente para nada, a não ser que tenham um objetivo, um carro roubado que está se dirigindo pela Paralela, um bandido conduzindo com algum refém. Aí a Polícia Militar pode fazer isso. Do contrário, essas blitzes deveriam ser revistas por V. Ex^a e especialmente pelo governador do Estado porque não podemos brincar de fazer de contas com a segurança pública do nosso Estado, principalmente prejudicando o direito do cidadão da nossa terra, da nossa cidade, o direito de ir e vir. Enquanto que as viaturas deveriam combater assalto a banco. Todos os dias no interior temos visto os bandidos invadirem os povoados, as cidades e o policiamento nem sequer tem gasolina para pôr no carro.

Sr. Presidente, fica o meu repúdio, e que o coronel Anselmo Costa, Comandante da Polícia Militar, sei que os policiais nada têm a ver com isso, são todos

comandados, e tenho certeza que a polícia não quer fazer esse tipo de operação. A polícia é inteligente, trabalha mas precisa ser bem coordenada para que o nosso estado possa ter um resultado mais efetivo contra a criminalidade.

Outro assunto que me traz a esta tribuna é sobre o que o governador Rui Costa disse aqui de onde estou, no seu último pronunciamento, a respeito da educação em nosso Estado. O governador disse ser filho do acesso à informação e as oportunidades que o ensino público podem abrir aos jovens e às famílias menos abastadas. Ele disse que era um exemplo disso. Ora, Sr. Governador, sei que V.Ex^a já visitou várias escolas do nosso Estado, para ser mais preciso 119 escolas e 16 creches no Estado. Mas V.Ex^a ainda não esteve no Extremo Sul da Bahia onde tem um equipamento de extrema importância para aquela região em Eunápolis. Estou falando do Cetep, Centro Territorial de Educação Profissional da Costa do Descobrimento, localizado naquele município. Senhores e senhoras, pasmem! Ele foi inaugurado em 2002! Em 2002! Existem lá hoje 900 estudantes aproximadamente, e há treze anos não passa por nenhuma reforma!

Por isso, Sr. Presidente, eu quero aqui pedir ao governador do Estado da Bahia que vá à cidade de Eunápolis. Visite, veja de perto, porque senão certamente nós teremos um acidente grave naquele local. Os estudantes estão pedindo que haja uma reforma para que esse colégio seja revitalizado.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, quero externar nesta Casa a minha preocupação com as notícias que têm repercutido na imprensa do Sul da Bahia sobre a extinção da Ceplac. Extinção essa que ameaça o futuro da pesquisa e da extensão da lavoura cacauzeira. Como se pode - sem debater, sem discutir com a sociedade, os produtores e a região - vir com uma proposta para transformar a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira numa coordenação de uma Secretaria do Ministério da Agricultura?!

Quero dizer que estou nesta tribuna para manifestar a minha posição contrária, contra esse ato do Ministério da Agricultura, contra esse ato que vai de encontro à nossa região Sul. A Ceplac tem um trabalho conceituado, com serviços prestados à lavoura cacauzeira e ao cacau, mas de uma hora pra outra recebe essa notícia.

Quero pedir aqui o apoio dos parlamentares desta Assembleia, entre eles os do Sul da Bahia, como os deputados Sandro Régis, Augusto Castro, legítimo representante de Itabuna, e a deputada Angela Sousa, pois como se pode pensar nessa extinção no momento em que a lavoura cacauzeira está se reerguendo com o aumento da produção?! No ano passado, depois de 20 anos, exportamos cacau! Então, como se pode pensar num absurdo desses quando temos o incremento da produção do chocolate, do chocolate fino e do chocolate *gourmet*?! Na hora em que a região mais precisa da Ceplac, o governo federal vem com essa ideia absurda de querer

transformá-la em uma mera coordenação de Secretaria!

Não podemos admitir! Temos de reunir nossas forças, as forças dos deputados estaduais, e pressionar a Bancada federal para que tal transformação não aconteça! Será que neste momento, como eu disse, exatamente quando aquela região está se reerguendo com novos ares, vai acontecer isso com ela?! Se acontecer, deputado Augusto Castro, vai ficar comprovado que o governo federal não tem nenhuma atenção com a região Sul, nenhuma consideração pela região cacauceira! Está lá a questão do cacau que não se resolve nunca. Falo da renegociação da dívida dos cacauicultores.

Está aí o decreto que foi assinado pelo governo federal aumentando a tributação em até 5% no preço de venda do chocolate. O produtor se esforça, trabalha, mas é tributado pela União por se esforçar, trabalhar pra gerar empregos e movimentar a economia. O governo federal tem tratado a região Sul da Bahia com falta de atenção e inclusive tem sido perverso com ela. Cadê, Augusto Castro, a duplicação da BR-415 no trecho Ilhéus/Itabuna? Cadê senhor?! Cadê o Porto Sul? A nossa região Sul não aguenta mais ser tão maltratada pelo governo federal, ser tão maltratada pelo governo do Estado!

Então fica daqui o meu alerta igualmente ao governo da Bahia, deputado Augusto Castro, porque a questão é federal mas o Executivo estadual tem, sim, o dever de defender os interesses do nosso Estado! E também tem, sim, o dever de lutar para que a Ceplac não seja extinta!

O meu alerta se estende a todos os parlamentares das Bancadas deste Parlamento, tanto a do governo quanto a de oposição. E inclusive a todos que lutam por aquela região, pois não podemos deixar que aconteça a extinção daquele órgão. Não podemos deixar que a Ceplac seja extinta. Nem que, precisamente no momento em que o Sul baiano consegue se reerguer, o governo federal vá lá e trate mal, de forma perversa, a região!

Portanto, este é o meu alerta e a minha cobrança à União para que não aconteça o que está desenhando-se: a extinção da Ceplac!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, caros deputados e deputadas, Imprensa, Plenário, baianos e baianas que estão nos assistindo através da *TV Assembleia*, venho aqui esta tarde falar do que falamos há alguns anos, mas já se tornou corriqueiro na vida da população baiana. Só que, infelizmente ou felizmente, não acho que o ser humano que tem a sensibilidade e sabe o que é importante na vida das pessoas que nós representamos, na vida da cidade e para um bom convívio, consegue se acostumar a essa realidade dura que vivemos hoje. E já, pelo menos, há nove anos no Estado da Bahia.

Falo da violência com que os baianos e as baianas atualmente têm de conviver no seu dia a dia. Encontrei neste final de semana, no domingo, com uma eleitora que

no sábado tinha sido assaltada quando descia da sua residência em Brotas. Ela foi a 50 metros comprar pão e acabou assaltada ali na D. João VI. Na véspera eu já tinha encontrado um outro que estava num bar e restaurante com a sua família, no seu fim de semana, e às 4 horas da tarde eles foram rendidos ali na entrada do Horto Florestal.

Isso é uma realidade, quando as pessoas não são mortas ou sequestradas! Infelizmente o governo do Estado hoje não tem o mínimo respeito por vidas de quem ele deveria cuidar, as dos baianos. Falo assim porque lá na região Oeste, presidente Adolfo Menezes, atualmente também existem assaltos. E aí inclusive citei o Oeste baiano, que eu represento, porque no Recôncavo, na Região Metropolitana as pessoas daqui e a Imprensa estão mais perto, mais ligadas. Mas a realidade aqui e lá no Oeste, ambas são muito parecidas!

Há um total desgoverno e falta de compromisso do governo baiano com a vida, que é o maior bem, o maior patrimônio das pessoas! O governo estadual é omissa, o Sr. Governador é incompetente e incapaz. assim como o que o precedeu! Lá no Oeste da Bahia não tem um produtor - o governo do Estado faz questão de gargantear que tem um Oeste produtor! -, um único produtor de grãos que não tem os seus defensivos agrícolas, os seus tratores, as suas fazendas assaltadas! E não há, deputado Carlos Geilson, ninguém para investigar! Além da falta de juízes e promotores, faltam policiais! Juízes e promotores, esses nem recebem os seus salários, porque o governo da Bahia dá o calote no final do ano, como deu no ano passado. Não há policiais, não há condição!

Deputado Bira, São Desidério é o segundo maior produtor de algodão do Norte e Nordeste e o segundo maior município em território na Bahia – motivos que deveriam ser orgulho dos baianos – tem, apenas, uma viatura da Polícia Militar. Qualquer bandido que tenha o mínimo de inteligência vai justamente para lá, porque não tem proteção, não tem polícia e não tem poder público.

O Complexo Policial de Barreiras foi assaltado há 15 dias. Um pedaço da Rodoviária de Barreiras foi derrubado com bomba, melhor, foi explodido num assalto aos caixas eletrônicos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Em Formosa do Rio Preto, a explosão foi tão grande, deputado Sandro Régis, que o Banco do Brasil teve que ser refeito ou reconstruído. Foi um absurdo a explosão ocorrida. Lá em Barreiras, para os senhores terem uma ideia, fogem bandidos o tempo todo do Complexo Policial de Barreiras, porque tal estrutura física está caindo aos pedaços.

Enquanto isso, o dinheiro público, melhor, o nosso dinheiro, investido na penitenciária, está parado, ou seja, a construção está lá parada, porque a penitenciária está terminada mas não está sendo habitada por bandidos em decorrência da incompetência administrativa deste governo que está aí.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, por favor.

O Sr. PABLO BARROZO:- Bem, 5 minutos são poucos, Sr. Presidente. Por isso, peço um a tolerância a V.Ex^a para concluir o meu raciocínio.

Eu poderia passar a tarde toda a falar dos acontecimentos. São mães de famílias

estupradas à luz do dia, ao relento, sem policial para investigar. As pessoas não andam nas ruas, porque lá é o verdadeiro Velho Oeste.

O governador veio a esta tribuna com a falta de respeito que tem pelos baianos e oriunda da forma do PT governar com promessas sem cumprir. Deputado Sandro Régis, o governador veio aqui e prometeu à GRAer-BA um helicóptero para a região Oeste. Ao chegar lá, pediu aos produtores rurais fazerem uma vaquinha a fim de comprar o helicóptero.

Depois, o governador vem aqui dar uma de bom moço, mas, na realidade, faz discursos vazios.

A prova disso, Sr. Presidente, é o Centro de Inteligência que disseram que fariam lá. Pois bem, subiram as paredes, levaram o material para lá, deputado Sandro Régis. Posteriormente, o material teve de ir a Ibotirama, porque não havia condições de instalar dentro do complexo policial, porque o complexo policial está abandonado e sem policiais.

Para finalizar, Sr. Presidente, estamos em um Estado onde o bandido faz o que quer. O cidadão de bem vira refém. E o governador fica com a cara de paisagem, prometendo e prometendo e fazendo propaganda.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Infelizmente, na realidade, o governador não faz nada! É um governo vergonhoso com um governador incompetente e despreparado que não respeita os baianos.

Fica o meu protesto aqui e o mesmo será feito durante o ano de 2016, assim como toda a Bancada de Oposição o fará, como fez em 2015, até que o governador tenha respeito pelos cidadãos baianos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Augusto Castro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, deputado Adolfo e Sandro, assisti, atentamente, à fala de alguns deputados, inclusive à fala do deputado Rosemberg Pinto acerca da região do cacau e de um órgão tão importante para a lavoura: a CEPLAC. Deputado Rosemberg Pinto, acho que todos precisamos centrar esforços no sentido de preservar um órgão tão importante para a nossa região do cacau, da Bahia e do Brasil.

A CEPLAC completou, no último sábado, 59 anos de existência. Este órgão, ao longo desses anos, foi fundamental para o crescimento econômico de toda região do cacau. Ali, este órgão fortaleceu a agricultura, a pesquisa e criou mecanismos para fortalecer a Universidade Estadual do Sul da Bahia – a UESC – e fortalecer os hospitais e os sindicatos rurais.

A CEPLAC, no passado, deputada Fabíola, tinha patrulha mecânica que ajudou muito, deputada Ângela, ao desenvolvimento do Sul da Bahia. Quando se fala em CEPLAC, é muito emblemático, porque você tem opiniões diferentes neste

Parlamento e, também, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Claro, existem mobilizações negativas neste sentido. Mas a culpa, existente entre a classe política e, muitas vezes, as divisões dentro do governo federal, como nos Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do próprio Ministério da Agricultura, é no sentido de enfraquecer os órgãos do País. O governo federal ou o governo do PT está querendo fazer uma reforma dentro de uma estrutura tirando, exatamente, a importância deste órgão.

A extinção da CEPLAC está, aí, hoje, como uma realidade, pois o próprio Ministério da Agricultura quer rebaixar para enfraquecer o órgão a fim de tirar a sua autonomia, pois há o diretor-geral da CEPLAC e as suas superintendências. Existem 5 superintendências da CEPLAC no Brasil.

E, na Bahia, inclusive na região nossa de Ilhéus e Itabuna, o governo quer criar uma coordenadoria da CEPLAC. Isso é uma forma de o governo enfraquecer este órgão tão importante.

O governo não realizou nada ao longo dos 25 anos, deputado Sandro Régis, para a região cacaueira. O governo do PT não fez nenhum concurso para a admissão de novo pessoal. Daqui a 4 ou a 5 anos, a CEPLAC terá de fechar, porque o governo está enfraquecendo uma estrutura que é a da lavoura do cacau. Com a crise econômica, o governo não criou alternativas para fortalecer a pesquisa e para toda a cadeia produtiva ao trazer dinheiro novo. Não! O governo federal está em processo de enfraquecimento desses órgãos.

A CEPLAC não pode continuar, deputada Fabíola, como está.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Com um aparte, deputado.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Concedo a V.Ex^a um aparte.

Não se pode continuar com os burocratas do governo federal. Para isso, é preciso uma união de todos nesta Casa, ou seja, é preciso a união dos deputados da nossa Bancada de Oposição quanto a união dos deputados do governo. Isso tem de acontecer na Câmara Federal também. Houve, no Senado Federal, principalmente na Comissão da Agricultura, uma mobilização inclusive com o apoio da senadora Lídice e do deputado Bebeto.

Não adianta o PT vir aqui com o discurso dizendo que a CEPLAC, realmente, precisa da união. Precisamos sim. A CEPLAC precisa de recursos e de incentivos do governo federal. Não dá para podermos estar com o discurso, deputada Fabíola, no sentido de pregar de quem é a culpa. A culpa é do governo que tem a caneta na mão e não procura fortalecer este importante órgão.

Acho que o enfraquecimento da CEPLAC é muito ruim para a região cacaueira. Primeiro, hoje, a região do cacau, com a crise que tomou conta e com o desemprego, a quantidade de trabalhadores rurais que tem o Sul da Bahia é muito grande. Se o governo não criar um mecanismo para trazer alternativas para a região do cacau, não adianta.

O discurso ficará só no discurso. Precisamos fazer uma mobilização do Legislativo estadual, trazer os deputados federais e senadores para pressionar o

governo federal para não rebaixar a CEPLAC. Não adianta pensar que avançaremos de forma individual. A culpa disso aí é do governo do PT, pois enfraqueceu vários órgãos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Aliás, há muito tempo, o governo federal já deu esta sinalização que a CEPLAC, hoje, enfrenta e, realmente, é uma situação insustentável hoje. É preciso que o governo reveja este posicionamento dos Ministérios do Planejamento e da Agricultura – aliás, este processo está na Casa Civil – para não rebaixar e não falar em extinção neste momento de um órgão em defesa da lavoura do cacau.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, futuro prefeito de Itabuna.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Fabíola e, posteriormente, para encerrar, a deputada Ângela.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, subo a esta tribuna hoje para corroborar com o discurso do deputado que me antecedeu, o nobre deputado Augusto Castro, por ter falado acerca da nossa preocupação e exatamente com a reestruturação da CEPLAC. Fala-se da perda de alguns escalões na reestruturação da CEPLAC.

Deputado Sandro Régis, V.Ex^a tão bem representa a lavoura do cacau.

E nós, com a liderança da senadora Lídice da Mata e do deputado Beбето Galvão, que, no Congresso Nacional, defendem a cacauicultura e aquela região, não podemos aceitar que essa reestruturação da Ceplac possa, efetivamente, diminuir a sua importância, que eu já considero uma relegada no Brasil em razão do significado que tem para a Bahia.

Quando estive naquela audiência em defesa da cacauicultura com V.Ex^a, deputado Augusto Castro, fizemos uma frente suprapartidária. Todos os deputados da Bahia deveriam estar comprometidos com a defesa de toda aquela região, do pequeno cacauicultor ao grande, que ainda sofrem com dívidas que já deveriam ter sido, há muito, perdoadas. Assim como outras lavouras tiveram outros subsídios, nós deveríamos fazer uma frente para consegui-los também em defesa do cacau.

Deputado Ângela Sousa, V.Ex^a, que milita naquela área e sabe da importância de estarmos todos juntos, estive, recentemente, sexta-feira, em Itabuna, num ato do PSB, do meu partido, para lançamento da pré-candidatura do Carlos Lee, mas também em defesa dessas questões. Conversamos com a senadora e com o deputado, que prometeram, junto ao ex-governador Jaques Wagner, atual ministro da Casa Civil, e junto ao governador Rui Costa, envidar esforços para começar esse debate, para começar esse diálogo. Não podemos deixar essa reestruturação sem conversar com aqueles que sofrerão ainda mais com essa... eu diria inferiorização de escalão e de importância da Ceplac.

Por outro lado, deputados Augusto Castro e Ângela Sousa, Itabuna vive hoje

uma epidemia gigantesca de zika, a ponto de, muito sabiamente, o secretário local, junto com o secretário estadual, ter que fazer um QG de atendimento. As epidemias de dengue, chikungunya e zika estão diretamente relacionadas à falta de saneamento básico, à falta de infraestrutura. Isso não é novidade. A epidemia de zika e chikungunya é novidade em alguns municípios da Bahia, mas, infelizmente, Itabuna, desde 2000, já figura nas estatísticas nacionais de maior incidência dessas doenças.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputada.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Nós, que somos muito ligadas à saúde, dizemos que aquela região tem grandes representantes, às quais essa humilde voz se incorpora, sob a liderança da senadora Lídice, sob a liderança do deputado Beбето. Precisamos fazer uma mudança, uma renovação naquele eixo de Itabuna e Ilhéus, pois temos os mesmos problemas, como a falta saneamento básico, um problema fundamental. Precisamos de novos atores para termos resultados diferentes.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a Ângela Sousa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputada Ângela Sousa.

A Sr^a Ângela Sousa:- Eu gostaria, Sr. Presidente, de me unir à voz de todos que aqui defenderam a nossa Ceplac, órgão de importância gritante para o nosso município, para a nossa região, para o agricultor, para o cacauicultor, para todos eles. Acho muito importante a nossa união suprapartidária voltada para essa questão da Ceplac.

Gostaria também, presidente, de pedir uma verificação de quórum de continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputada.

Encontram-se no Plenário apenas 6 deputados: além deste parlamentar, o Líder Sandro Régis, a deputada Ângela Sousa, a deputada Fabíola Mansur, o deputado Augusto Castro e meu amigo deputado Carlos Geilson. Portanto, declaro encerrada a sessão desta tarde.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.